



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO Nº 17/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2014

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA COM A EMPRESA DESENVOLVER – GESTÃO E PLANEJAMENTO – EIRELI ME, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O Município Coronel Vivida, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **Frank Ariel Schiavini**, inscrito no CPF sob nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **DESENVOLVER – GESTÃO E PLANEJAMENTO EIRELI ME**, com endereço na Rua Rio Eufrates, 65 – Sala 11 – Bairro Iguaçu, na cidade de Fazenda Rio Grande (83.833-088), estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 17.770.952/0001-97, representada pelo Sr. **Alyson Augusto Padilha**, inscrito no CPF sob nº 020.634.939-44 e RG nº 6.520.657-9, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de Tomada de Preços nº 20/2014, Processo nº 202 /2014, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato no TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2014, na Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, e na proposta de preços da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE GESTÃO DE PROJETOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL.**

2.2 – O objeto ora licitado engloba as seguintes atividades:

- 2.2.1 - Desenvolver planos de trabalho conforme os programas governamentais, Estadual e Federal de interesse da administração municipal nas áreas de educação, cultura, esportes, habitação, agricultura, indústria, infraestrutura pública e demais áreas de interesse da administração;
- 2.2.2 - Acompanhar os projetos em andamento, instruindo na sua execução e elaboração dos documentos necessários ao desenvolvimento, até a fase de conclusão/prestação de contas;
- 2.2.3 - Elaborar estudos de viabilidade técnica e econômica dos projetos públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste contrato o valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo o valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo Único - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1- O contrato terá um prazo de vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do presente instrumento, ou seja, **de 05 de fevereiro de 2015 a 04 de fevereiro de 2016**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS

5.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento	Fonte	Código Reduzido
03/01	Administração S.M.A	03.001.04.122.0003.2.006	3.3.90.39	000	9286
04/01	Administração S.M.F	04.001.04.123.0003.2.007	3.3.90.39	510	9295

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

6.1 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com o Item 11 deste edital, fixo e irreajustável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1- Mantendo-se as mesmas condições contratuais, persistindo o interesse de ambas as partes, o contrato poderá ser prorrogado, conforme previsto na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DO PAGAMENTO

8.1 - O profissional disponibilizado pela empresa deverá comparecer na sede da administração no mínimo 2 vezes por mês.

8.2 - A administração disponibilizará à empresa contratada as instalações físicas e materiais para elaboração dos projetos (sala ampla contendo computador, impressora, luz, telefone, internet e materiais necessários), quando da prestação dos serviços e arcará com as despesas de recolhimento das ARTs.

8.3 - As despesas com locomoção do profissional, bem como as despesas de alimentação ficaram a cargo da empresa vencedora (Contratada).

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

9.2 - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

9.3 - Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

9.4 - Disponibilizar os materiais e documentos necessários a elaboração dos projetos;

9.5 - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Assessorar a administração municipal quanto ao planejamento estratégico e a gestão de projetos e convênios celebrados pelo município com os demais entes públicos, da seguinte forma:

a) Instruir o processo de planejamento das secretarias do município, para a elaboração de projetos, que visem suprir as necessidades da administração municipal, em consonância com o estabelecido na LDO/LOA e no PPA.

b) Elaborar estudos de viabilidade técnica e econômica dos projetos públicos à serem implementados, quando necessário.

c) Elaborar projetos em conformidade com a legislação vigente, e de acordo com o planejamento do município.

10.2 - Acompanhar o gerenciamento dos convênios celebrados pelo município, e treinar o GMC (Gestor Municipal de Convênios), desde a fase de cadastramento dos projetos até a fase de prestação de contas, da seguinte forma:

a) Capacitar para o uso do Siconv (Sistema de Convênios do Ministério do Planejamento) e suas atualizações, de modo contínuo.

b) Elaborar Planos de Trabalho através da realização de levantamento e análise de dados que sejam necessários para a elaboração dos projetos, quando solicitado.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



- c) Adequar os Planos de Trabalho dos projetos do município, de acordo com as Sistemáticas dos Programas dos Ministérios.
- d) Treinar para o uso do módulo OBTV (Ordem Bancária de Transferências Voluntárias) do Siconv, de forma contínua e atualizada;
- e) Fornecer relatórios e pareceres dos projetos cadastrados, quando solicitado.

10.3- Assessorar o departamento de engenharia durante a fase de execução das obras, da seguinte maneira:

- a) Treinar para o uso dos sistemas de monitoramento de obras no PAR e SISMOB, bem como manter atualizações contínuas sobre os mesmos.
- b) Oferecer suporte técnico durante o processo de execução das obras para garantir a correta realização dos prazos; medições e pagamentos.
- c) Elaborar pareceres para a superação de restrições e inconformidades, quando necessário.

10.4- Assessorar a Secretaria Municipal de Educação, da seguinte forma:

- a) Capacitar o corpo técnico de forma contínua para o uso do SIMEC.
- b) Elaborar de estudos da demanda, quando necessário, em conjunto com a equipe pedagógica da RME (Rede Municipal de Educação).
- c) Fornecer suporte pedagógico para a elaboração de planos e projetos político-pedagógicos, quando necessário, e colaborar com sua efetiva realização.

10.5 - Assessorar o departamento de compras/licitação do município, da seguinte forma:

- a) Capacitar a equipe técnica para o uso do SIGARP (Sistema de Gerenciamento de Adesão e Registro de Preço) e suas atualizações, de modo contínuo.
- b) Fornecer suporte técnico para orientar e dirimir dúvidas quanto da adesão a atas de registro de preço.

10.6 - Prestar a execução dos serviços na forma ajustada;

10.7 - Executar os serviços dentro de assentados conceitos éticos e de boa técnica, envidando todos os esforços no sentido de melhor atingir os objetivos da contratação;

10.8 - Os profissionais designados para a execução dos serviços deverão empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exação no trato de qualquer interesse da CONTRATANTE sob os seus cuidados profissionais, cabendo-lhes exclusiva responsabilidade por eventuais transgressões;

10.9 - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes;

10.10 - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.11 - Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

10.12 - Não ceder o contrato, no todo ou em parte, sem a anuência expressa do Contratante;

10.13 - Fornecer ao contratante, quando solicitado, relatório sobre a execução do objeto contratual;

10.14 - Mantendo-se as mesmas condições contratuais, persistindo o interesse de ambas as partes, o contrato poderá ser prorrogado, por até 1 ano.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Nos termos do art 86 da Lei n.º 8.666/93, fica estipulado o percentual de **0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na execução do objeto desta tomada de preços, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor empenhado.**

11.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III - suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

11.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

12.1 - A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta resarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

d) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

13.1- Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Coronel Vivida, 05 de fevereiro de 2015.

.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Testemunhas:

.....
Alyson Augusto Padilha
Desenvolver – Gestão e Planejamento Eireli ME
CONTRATADA

Publicações Legais

Caderno Integrante da Edição nº 6307 | Pato Branco, 14 e 15 de fevereiro de 2015

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparéncia as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE HONÓRIO SERPA

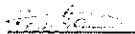
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente da Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar de Honório Serpa, inscrita no CNPJ sob o nº 06.063.684/0001-57 e NIRE 41400015823, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social e em concordância com o Regimento Interno convoca o seu quadro social e convida a sociedade em geral para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de fevereiro de 2015 – quinta-feira na Associação dos Funcionários Públicos Municipais, cito o Bairro Tia Chica, na cidade de Honório Serpa – PR, às 12:00 (doze) horas em primeira convocação, com presença mínima de 2/3 (dois terços) do números de cooperados, que é de 158 (cento e cinquenta e oito); às 13:00 (treze) horas, em segunda convocação, com a presença mínima de metade mais um cooperado e em terceira convocação às 13:30 (treze e trinta) horas, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para tratem da seguinte ordem do dia em pauta:

- I – Prestação de contas das árgicas de Administração, acompanhada da Parecer do Conselho Fiscal;
- II – relatório da gestão;
- III – balanço;
- C – demonstração das sobras quando apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para a manutenção das despesas da sociedade;
- B – destinação das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para a manutenção das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos operacionais;
- III – eleição dos componentes do Conselho Fiscal (Substituição de dois suplementares e dois titulares);
- IV – fregata de honrários e cédulas de presença dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- V – demissão de cooperados;
- VI – quaisquer assuntos de interesse social dos cooperados ou comunidade.

Honório Serpa, 12 de fevereiro de 2015



Paulo Cesar de Castro
Diretor Presidente.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - 2015

A Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Pato Branco Região, CNPJ número 28.278.710/0001-75 e Código no Ministério do Trabalho, emprego número 006157.88158-8, com sede na Rua Tapajós nº93 3ºandar sala 303 em Pato Branco, Paraná, pelo presente editorial faz saber aos que dele conhecimento tiverem da base territorial desta entidade, compreendendo os Municípios da região Sudoeste do Paraná, abrangendo as seguintes cidades: Amparo, Borda Esperança do Sudoeste, Barraçan, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Cleverlândia, Coronel Vivida, Dus Vizinhos, Itenó Marques, Francisco Beltrão, Itapejá D'Oeste, Manguineirinha, Maripólis, Marmeleiro, Palmas, Pato Branco, Pérola D'Oeste, Planalto, Nova Prata do Iguaçu, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Saito do Litorâo, Santa Isabel D'Oeste, Saudades do Iguaçu, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge D'Oeste, Verê e Vitorino, especialmente as empresas integrantes do Sistema Financeiro Nacional tais como Bancos, casas bancárias, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, bilhas de valores mercantil e futuros, caixas econômicas federal e estadual, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e capitalização, empresas corretoras e corretores de seguros e capitalização, sociedades corretoras de fundos públicos e câmbio, empresas distribuidoras de títulos e valores mobiliários, entidades abertas e fechadas da previdência social (fundos de pensão), empresas de crédito imobiliário e poupança, empresas administradoras de cartões de crédito, empresas e casas lotéricas, empresas promotoras de vendas e outras instituições e empresas do plano de representação sindical da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, que a Contribuição Sindical que trata o artigo 578 e seguintes, do Capítulo III, Título V, da Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T. é devida a esta Confederação, Federações e Sindicatos de Bancários e Seguristas e deverá ser descontada dos seus empregados, na folha de pagamento do mês de março de 2015, com base na remuneração do empregado (salário-base, as gratificações e comissões, prêmios, almoços, adicionais e outras vantagens) que corresponderá a um (01) dia de trabalho. O não recolhimento da Contribuição Sindical no prazo previsto sujeitará a empresa às penalidades previstas no artigo 609, da C.L.T. e no artigo 10 da Lei Federal número 6.998, de 13 de abril de 1982. Há, ainda, a obrigação de as empresas contribuintes remeterem a esta Confederação cópia da Guia bancária quando a relação dos empregados cujas remunerações foi efetuada, o desconto efetuado.

Pato Branco - PR, 13 de Fevereiro de 2015.

Waldit Souza de Oliveira
Presidente.



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO - PR

EDITAL DE CONCURSO Nº 010/2015

Convoca os candidatos abaixo-relacionados para que, no prazo, máximo, de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, que entreguem, na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São João, Estado do Paraná, à Avenida XV de Novembro, 160, na cidade de São João - PR, a documentação mencionada nos itens 10.1 e 10.2 do Edital de Concurso nº 128/2011, de 15-08-2011, os exames médicos e o Laudo da Avaliação Médica Admistrativa, a fim de que seja procedida a nomeação no cargo para o qual foi aprovado no referido Concurso Público:

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS GERAIS

CARGO: MERENDEIRA

Nome	Classif.
ANGELINA TEYCH MARTINS	21º
AGENI KNOB	22º

Gabinete do Prefeito do Município de São João, Estado do Paraná, em 13 de fevereiro de 2015.

ALTAIR JOSÉ GASPERETTO

A publicação na integra dos Atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: AMSSOP.DIOEMS.COM.BR, Edição do dia 16-02-15, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 1.387, de 29/11/11.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
 Secretaria da Administração e Finanças
 Divisão de Fiscalização e Tributação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Em atendimento ao exposto no Código Tributário Municipal – Lei Complementar 001/98, fica o contribuinte abaixo relacionado INTIMADO para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar documentação (Notas Fiscais Série "F" E Notas Fiscais Modelo 3) referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza das exercícios de 2010 a 2014. Explique o prazo acima estipulado, considerando o disposto nos art. 32 e 34, os valores em aberto serão arbitrados, incisos em cláusula 11 e encaminhados para cobrança judicial, além de serem aplicadas as sanções previstas no art. 65, Início II, alínea "A", "Das Outras Infrações".

RAZÃO SOCIAL	CAD. MUN.	CNPJ/CPF
J.T.R. VELOCÔS PEÇAS LTDA	6001590-0	02549514/0001-26

NOTAS FISCAIS MODELO 1: 28607 / 2808 / 2813 / 2874 / 28549 e 29000.

NOTAS FISCAIS SÉRIE "F": 0006 / 0005 / 0219 / 0210 / 0211 / 0281 / 0376 / 0519 / 0521 / 0568 / 0569 / 0571 / 575 / 0582 / 0750 / 0755 e 1000.

Pato Branco, 13 de Fevereiro de 2014.

Marcos Antonio Machado
Fiscal de TributosElaine Del Sert
Chefe da Divisão de Tributação e Fiscalização
Câmara Municipal de Palmas
 Av. Cláudio Alves, nº 157 - Tel: (65) 3299-1333 - Fax: 329-1131
 70140-000 - Palmas - Pará
HOMOLOGAÇÃO
CONVITE/Nº 2015

A Câmara Municipal de Palmas, Estado do Pará, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº. 16/2015, de 10 de Janeiro de 2015, com devida autorização expedida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna pública a homologação de licitação ocorrida no dia 11/02/15 às 09:15 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Palmas, situada: Avenida Cleverson Andrade, nº. 591, na modalidade CONVITE, objetivando a compra de MATERIAL DE EXPEDIENTE E MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DA CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS, nas condições fixadas neste Edital e anexo. Once ficaram vencidas as empresas N. Túlio e Cia Ltda no valor de R\$ 9.582,70; da empresa HIC Suprimentos Ltda no valor de R\$ 16.146,00 e da empresa Sijoltimp-Simtimp Produtos de Limpeza Ltda no valor de R\$ 5.202,45.

LUIZ OTAVIO SENDSKI
PRESIDENTE

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE CONTRATO

Contrato nº 17/2015 – Tomada de Preços nº 20/2014 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratado: DUSINVOLVER - GLISTÃO E PLANIJAMINTO EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.770.952/0001-97. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria na área de gestão de projetos, conforme especificações contidas neste edital. Valor total R\$ 35.600,00 (trinta e cinco mil reais). Prazo de prestação de serviços: 12 (doze) meses. Coronel Vivida, 05 de fevereiro de 2015. Frank Antônio Schiavini, Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIOPÓS

PROJETO PRESENCIAL - PRESENCIAL - PROJETO DE INVESTIMENTO. Anexo de propostas, habilitação e Adjudicação - Adjudicado (13) dias do mês de fevereiro de 2015, a partir de cinco (05) horas e cinco (05) minutos (10:05hs), reunião de preços e sua aquisição de apoio, abertos e identificados, designados pelo decreto nº 005/2008 de 12 de fevereiro de 2008, para procederem as atividades pertencentes ao Projeto Presencial número bala barra doze mil e quatro (12015), que tem por objeto a aquisição de equipamentos para a realização de aulas presenciais de informática para alunos da Escola de Programação de Coronel Vivida, para a elaboração de planos de aulas, para os Departamentos e Setores do Município de Maripópolis, sem vínculo empregatício, obedecidas as condições de cada bala e de acordo com o oferecimento de vagas, conforme discriminado no Anexo I (Memorando Descritivo). As horas e cinco minutos (10:05hs) foi aberta a sessão pública, iniciando o período de credenciamento dos representantes legais e de credenciamento de envelopes de Proposta, Preços e Documentos de habilitação, devolvendo os envelopes. Da Reunião de preços, Encerramento e Credenciamento dos Proponentes. Foram recebidos os envelopes das seguintes proponentes:

Centro de Integração Empresa – Ecovis do Paraná – CIEEP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 28.810.501/0001-00, inscrição estadual nº 1000, representada por Alisson Basso Gatto

Centro de Integração de Estudantes – Estágios CIN, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 03.233.240/0001-24, inscrição estadual nº 1000, representada por Cíntia Vancels Motto

Indicado para a elaboração de projeto de habilitação e elaborar a verificação dos requisitos exigidos no edital. O proponente informou os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do projeto. Da Análise das Propostas. Foram analisadas as propostas de preços apresentadas pelas proponentes, observado o cumprimento das exigências do edital. Com relação às propostas o proponente o pregoeiro verificou que as proponentes apresentaram suas propostas conforme solicitado no edital, estando assim habilitadas. O proponente informou que preços e prazos apresentados pelos habilitados estão segue:

EMPRESAS	CIEEP	CIN
Item 1	09	09
Parcial de descontos	0%	1%

Abre-se a fase de lances.

EMPRESAS	CIEEP	CIN
T Lance	09	09
2 Lance	04	03
3 Lance	02	01
4 Lance	00	00
5 Lance	7,8	7,9
6 Lance	7,8	7,5
7 Lance	7,2	7,1
8 Lance	7,0	6,9
9 Lance	6,8	6,7
10 Lance	6,6	6,5
11 Lance	6,4	6,3
12 Lance	6,0	5,9
13 Lance	5,8	5,7
14 Lance	5,6	5,5
15 Lance	5,4	5,3
16 Lance	5,3	5,2
17 Lance	5,0	4,9
18 Lance	4,8	4,8
19 Lance	4,4	4,3
20 Lance	4,2	4,1
21 Lance	4,0	3,9
22 Lance	3,8	3,7
23 Lance	3,6	3,6
24 Lance	3,4	3,5
25 Lance	3,2	3,1
26 Lance	3,0	2,8
Declarou-se Sem Lance		

Após insistência do pregoeiro o preço mesmo assim se manteve, pois os preços estão dentro da realidade do mercado atual. Deu-se por encerrada a fase de lances. Da Habilitação. Encerrada a fase de abertura da proposta, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas interessadas. A documentação exigida para a habilitação e a documentação exigida para a realização da licitação de menor custo, o pregoeiro ADJUDICA o objeto do presente edital para as empresas acima mencionadas. O Conselho de Controle de Gestão da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, ficou sabendo que o resultado da licitação é devido ao menor custo. Nada mais havendo a pagar, foi fechado este ato, ressaltando ainda, que os membros da equipe de apoio, em assentarem a lista, abstêm-se a sua participação e colaboração no certame. Francisco Vassoura Bruno - Pregoeiro Vanderlei Casagrande - Equipe de apoio. Leoni Espedito Sangaleti - Equipe de apoio Representantes Abísson Bassso Gatto, Cíntia Vancels Motto

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVERLANDIA, ESTADO DO PARANA

PROJETO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 001/15

Processo nº. 002/2015 Despacho do Senhor Prefeito Municipal. Em face do parecer preferido pela Assessoria Jurídica deste Município, que declarou dispensável a licitação, com fulcro no termo do art. 149-A, parágrafo único da Constituição Federal, combinado com art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores, RATIFICO a requisição exposta no ofício nº. 002/2015, de 19/01/2015, deste gabinete, pertinente a contratação de empresa especializada para arrecadar a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública, durante denominada CIP, para o Município, denominada COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A., CNPJ nº. 04.364.598/0001-06, sendo que a execução dos serviços deverá ser efetuada pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem ônus para o Município. JUSTIFICATIVA: Justifica-se tal procedimento, no art. 149-A, parágrafo único da Constituição Federal, combinado com art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores, considerando que a contratação de serviços para arrecadação da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, sem prévia licitação, apresenta-se como única solução viável em função da CIP, executará este serviço de cobrança da arrecadação da Contribuição para Custo do Serviço de Iluminação Pública, mensalmente junto com a cobrança do consumo de energia elétrica na suas notas fiscais contas de energia elétrica, sem ônus para o município. A COPEL elaborará o repasse mensal ao Município, dos créditos arrecadados referente a contribuição para custeio do serviço de Iluminação Pública, mediante aferição no qual, efetuará o desconto de eventuais débitos em consumo de energia elétrica e serviço de iluminação pública do Município. Publicar-se, e, Cumprir-se. Clevelandia, 28 de janeiro de 2015. Álvaro Felipe Valério Prefeito Municipal.

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná - DIOEMS

Segunda-Feira, 16 de Fevereiro de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição N° 0791

PORTRARIA N° 027/2015

O Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E:

N O M E A R

Art. 1º–A partir de 09 de fevereiro de 2015, o Sr. MAURO SACON, portador do documento de identidade RG nº 9.783.840-2/PR e CPF nº 082.767.039-76, para exercer em comissão o cargo de Chefe Divisão de Veículos Máquinas e Equipamentos, junto ao Departamento de Administração, percebendo o equivalente ao símbolo CC-4, do Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos municipais, Anexo V da Lei Municipal nº 496/2010, Lei 509/2011, Lei nº 520/2011, Lei 608/2012 e Lei nº 649/2013.

Art. 2º–Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Coronel Domingos Soares Pr, em 09 de fevereiro de 2015.

VALDIR PEREIRA VAZ

PREFEITO MUNICIPAL

PORTRARIA N° 028/2015

O Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E:

N O M E A R

Art. 1º–A partir de 09 de fevereiro de 2015, o Sr. ALMIR SIQUEIRA, portador do documento de identidade RG nº 8.105.082-1/PR e CPF nº 031.866.119-54, para exercer em comissão o cargo de Chefe Divisão de Fiscalização Ambiental, junto ao Departamento Meio Ambiente, percebendo o equivalente ao símbolo CC-4, do Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos municipais, Anexo V da Lei Municipal nº 496/2010, Lei 509/2011, Lei nº 520/2011, Lei 608/2012 e Lei nº 649/2013.

Art. 2º–Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Coronel Domingos Soares Pr, em 09 de fevereiro de 2015.

VALDIR PEREIRA VAZ

PREFEITO MUNICIPAL

PORTRARIA N° 029/2015

O Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E:

N O M E A R

Art. 1º–A partir de 09 de fevereiro de 2015, o Sr. JOSUÉ FERREIRA, portador do documento de identidade RG nº 5.110.064-6/PR e CPF nº 518.537.959-68, para exercer em comissão o cargo de ASSESSOR OPERACIONAL DA AGRICULTURA, junto ao Departamento de Agricultura, percebendo o equivalente ao símbolo CC-4, do Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos municipais, Anexo V da Lei Municipal nº 496/2010, Lei 509/2011, Lei nº 520/2011, Lei 608/2012 e Lei nº 649/2013.

Art. 2º–Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Coronel Domingos Soares Pr, em 09 de fevereiro de 2015.

VALDIR PEREIRA VAZ

PREFEITO MUNICIPAL

PORTRARIA N° 030/2015

O Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E:

N O M E A R

Art. 1º–A partir de 09 de fevereiro de 2015, a Sra. CRISTIANE COELHO LAGO, portadora do documento de identidade RG nº 6.470.439-7/PR, inscrita no CPF/MF nº 956.381.059-72, para exercer em comissão o cargo de CHEFE DIVISÃO MEIO AMBIENTE, junto ao Departamento de Meio Ambiente, percebendo o equivalente ao símbolo CC-2, do Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos municipal, Lei Municipal nº 496/2010, Lei nº 520/2011, Lei nº 613/2012

Art. 2º–Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Coronel Domingos Soares Pr, em 09 de fevereiro de 2015.

VALDIR PEREIRA VAZ

PREFEITO MUNICIPAL

PORTRARIA N° 031/2015

O Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E:

N O M E A R

Art. 1º–A partir de 09 de fevereiro de 2015, a Sra. DENIZE DE FÁTIMA ESCONGISKI BOESE, portadora do documento de identidade RG nº 7.590.496-7/PR e CPF nº 038.315.149-09, para exercer em comissão o cargo de SECRETARIA EXECUTIVA DO GABINETE, junto ao Gabinete, percebendo o equivalente ao símbolo CC-5, do Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos municipais, Anexo V da Lei Municipal nº 496/2010, Lei nº 509/2011, Lei nº 520/2011, Lei nº 608/2012 e Lei nº 649/2013.

Art. 2º–Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Coronel Domingos Soares Pr, em 09 de fevereiro de 2015.

VALDIR PEREIRA VAZ

PREFEITO MUNICIPAL



Página 15 / 097